

Julgamento de Darcy antecipado para 18

Atendendo a um pedido do advogado Wilson Mirza, o juiz-auditor Osvaldo Lima Rodrigues antecipou para segunda-feira, dia 18, o julgamento do professor Darcy Ribeiro, que se encontra preso desde dezembro do ano passado, acusado de atividades subversivas, juntamente com 11 outras pessoas. O julgamento estava previsto para sexta-feira última, tendo anteriormente sido adiado para o dia 6 de setembro, a pedido do novo promotor João Vieira do Nascimento.

O representante do Ministério Público alegou que precisava de mais tempo para estudar o processo, já tendo apresentado as razões finais, solicitando ao Conselho Permanente de Justiça e condenação de todos os réus. A denúncia inicial foi feita pelo promotor José Manes Leitão. A formação de culpa foi acompanhada por um segundo promotor (Sr. Paulo Duarte Fontes), enquanto que o julgamento será agora pelo promotor João do Nascimento.

OUTROS

Entre os réus está o sr. Tito Guimarães Filho, que o promotor o classifica como «outro elemento comprometido até os cabelos com a subversão, inclusive pedindo socorro a dom Helder Câmara, em Pernambuco, tendo conferenciado com o líder estudantil Vladimir Palmeira e com outros estudantes profissionais».

Além do ex-Chefe da Casa Civil do sr. João Goulart, professor Darcy Ribeiro, que negou as acusações, estão denunciados em vários artigos da Lei de Segurança Nacional as seguintes pessoas: Emanuel Nicoll e Alfredo Ribeiro Daldt (militares), Ercídio Weber, Guálter de Castro Melo; Jairo Carvalho, Marcos Fancier, Sônia Aveline de Oliveira, Tito Guimarães Filho, Vanoli Lemos, Edmundo Ferrão Moniz de Aragão e Acimar Fernandes.

DEFESA

O arcebispo de Fortaleza, dom José Delgado, solicitou ao prof. Helene Fragoso fizesse a defesa, no Superior Tribunal Militar do religioso franciscano frei Geraldo Bonfim, condenado a um ano de reclusão pelo Conselho Permanente de Justiça da 10a. Região Militar, sob acusação de ter proferido um sermão «subversivo» durante uma missa celebrada na capela da localidade cearense de Mandauá.

A matéria — apelação contra a sentença de instância inferior — já se encontra em poder do ministro Eraldo Gueiros, devendo ser julgada provavelmente na sessão de amanhã.

Frei Geraldo Bonfim, segundo a Procuradoria Geral da Justiça Militar, infringiu dispositivos da atual Lei de Segurança Nacional, razão porque pediu na semana passada que o STM mantenha a sentença da Auditoria de Fortaleza.

O frade em agosto do ano passado durante uma solenidade em homenagem ao lançamento de um barco, construído pelos moradores da localidade fez críticas às autoridades, tendo afirmado, ainda de acordo com a Promotoria, que no Brasil existem muitos marechais e que o Governo gasta soma fabulosa com a manutenção do porta-aviões Minas Gerais, adquirido no Governo do sr. Juscelino Kubitschek. O sermão do padre foi presenciado por militares que o denunciaram, resultando na sua condenação.

TENTOU O SUICÍDIO

A senhora Sílvia Lemos Smith, que tem um filho que responde a processo na 1a. Auditoria da Marinha foi medicada no Serviço Médico da Marinha na tarde de ontem, após ter tentado o suicídio, atirando-se do 2.º andar do prédio onde funcionam as Auditorias de Marinha.

Dona Sílvia rolou pelas escadas internas do prédio, tendo o escrivão da 1a. Auditoria, sr. Venício Soares, informado que vinha ela constantemente comparecendo ao cartório a fim de saber da situação de seu filho Rui Lemos Smith. O estudante foi preso quando, segundo a Polícia, distribuía boletins subversivos na Estação de Belfort Roxo.

De outra parte, o juiz-auditor Osvaldo Lima Rodrigues, da 1a. Auditoria da Marinha, aceitou a denúncia oferecida contra os estudantes Ubiratan Vatutin Kertzsch e Avelino Pereira Gomes, acusados de terem roubado um automóvel com fins subversivos, inclusive assaltos a bancos.

O magistrado marcou para o dia 10 de setembro o início do sumário de culpa, ocasião em que os estudantes serão qualificados. Os réus, segundo a Polícia, confessaram que faziam parte do Movimento Nacional Revolucionário — MNR.